

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

Fevereiro/2023



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	10

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

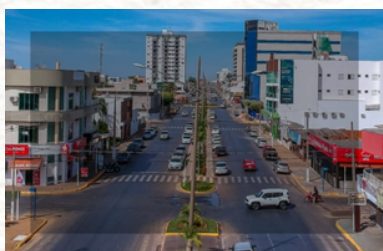
Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[MP alerta para Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher](#)



A Secretaria Municipal de Educação de Primavera do Leste, Assessoria Pedagógica e diretores das escolas do município, distante 240 km de Cuiabá, foram notificados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso a implementarem a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher, prevista para o mês de março. A orientação é para que acompanhem, desde agora, a elaboração de materiais didáticos e projetos referentes ao assunto. Na notificação, o MPMT recomenda ainda a realização de capacitação para os educadores a fim de sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de se prevenir todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher. Sugere também que seja construído de forma dialógica e democrática projeto com materiais didáticos referentes aos assuntos indicados a cada faixa etária.

[Detalhes sobre reajuste a professores serão apresentados em audiência](#)

O Município de Campinápolis, distante 476 km de Cuiabá, acatou notificação recomendatória expedida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e assegurou que concederá aumento salarial aos professores da educação básica. Denúncia apresentada ao Ministério Público revela que o valor pago aos profissionais da educação básica com jornada de 30 horas estaria abaixo do piso salarial proporcional.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPRJ instaura procedimento para apurar se o Município de Niterói está cumprindo a política pública de educação antirracista](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo São Gonçalo instaurou, Procedimento Administrativo para apurar se a Rede Municipal de Educação de Niterói está cumprindo efetivamente o que diz a legislação a respeito da política pública de educação antirracista.

[Garantir professor auxiliar a aluno com dislexia em São Sebastião é objetivo do MPSP](#)

Em manifestação a Promotoria de Justiça de São Sebastião recomendou que o município providencie, em até 30 dias, professor auxiliar para apoio a um aluno com dislexia de evolução e transtorno do processamento auditivo. A criança está matriculada na rede regular municipal de ensino. Segundo o informado pela mãe do estudante à Promotoria, a Secretaria Municipal de Educação nega o fornecimento do professor de apoio, contradizendo o laudo do médico neurologista e o relatório de acompanhamento do aluno feito pela própria Secretaria. O documento indica a necessidade de “professor especialista (apoio) em sala, para que continue avançando segundo suas competências e habilidades cognitivas”.

[Mantida pelo STF liminar obtida pelo MPGO que impede a transferência de crianças da pré-escola para escolas de ensino fundamental da rede municipal de Goiânia](#)

Decisão favorável ao Ministério Público de Goiás (MPGO) é mantida pelo Superior Tribunal Federal (STF), em pedido de suspensão de liminar apresentado pelo Município de Goiânia, que continuará sendo impedido de transferir crianças da pré-escola para escolas de ensino fundamental na sua rede de ensino. [Confira neste link a decisão](#)



[MPPR recomenda que Secretaria da Educação revogue normativa que alterou currículo da rede estadual de ensino, acabando com a disciplina de Artes](#)

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção à Educação de Curitiba, expediu recomendação administrativa dirigida ao secretário de Estado da Educação em que pede a revogação de recente instrução normativa da Seed que resultou em alterações na matriz curricular das escolas da rede estadual de ensino. O principal ponto de mudança foi o fim da disciplina de Artes, que seria mantida apenas em algumas escolas. Foi indicado prazo máximo de cinco dias para um retorno, por escrito, ao MPPR sobre a proposta. Clique [aqui](#) e confira a Recomendação na íntegra.

[MPCE ajuíza ação para Município de Altaneira anular contratos temporários e realizar seleção para professores efetivos ampliarem carga horária](#)



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça de Nova Olinda e Vinculada de Altaneira, ajuizou Ação Civil Pública em face do Município e do prefeito de Altaneira. A ação, ingressada pelo promotor de Justiça Ariel Alves de Freitas, requer que o município atenda à legislação municipal e, antes de abrir seleção pública para a contratação de professores temporários, possibilite aos efetivos ampliarem a carga horária para atender às carências na rede municipal de ensino da localidade.

[MPSC instaura procedimento para apurar caso de maus tratos em creche particular em São José](#)

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) instaurou uma Notícia de Fato a fim de apurar a suposta ocorrência de maus tratos e as condições e a legalidade de uma creche particular no Município de São José. O objeto do procedimento do Ministério Público é garantir a proteção das crianças, uma vez que o suposto crime de maus tratos é de atribuição de Promotoria de Justiça da esfera criminal, para a qual será encaminhado o Inquérito Policial quando concluído. Na Notícia de Fato, as primeiras providências da Promotora de Justiça Caroline Moreira Suzin foram requisitar vistorias da Vigilância Sanitária e da Secretaria Municipal de Educação, a fim de que verifiquem as condições e a legalidade do local, e a expedição de ofício ao Conselho Municipal de Educação para que informe se teve conhecimento dos fatos noticiados e, em caso positivo, quais as medidas adotadas.

MPMG instaura procedimento de políticas públicas para combate à evasão escolar na comarca de Paracatu

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paracatu, no Noroeste do Estado, instaurou 'Procedimento para Acompanhamento de Política Pública' visando a implementação e o acompanhamento de ações interinstitucionais para fomentar a regularização da frequência escolar e a reinserção na escola de crianças e adolescentes do município de Paracatu. O Procedimento de Política Pública, coordenado pela promotora de Justiça Maria Constância Martins da Costa Alvim, visa, também, diagnosticar, avaliar e coibir a evasão escolar nas instituições municipais e estaduais na comarca.



MPMG e prefeitura de Mutum celebram TAC para ampliar o número de vagas em creche do município



O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Mutum, no Vale do Rio Doce, celebrou com a prefeitura daquele município um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê a ampliação do número de vagas ofertadas em creche da rede municipal, garantindo, até 30 de abril de 2023, o atendimento integral da demanda cadastrada até janeiro de 2023 em lista de espera (60 vagas). A assinatura do TAC foi na quinta-feira, 19. O número de vagas deverá ser ampliado em até 90 dias.

MPPI recomenda que diretores de estabelecimentos de ensino da rede privada cumpram Lei Brasileira da Inclusão

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio da 38ª Promotoria de Justiça de Teresina, recomendou que diretores de estabelecimentos de ensino da rede privada cumpram a Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e garantam a acessibilidade plena aos estudantes, não apenas no que tange à natureza arquitetônica, mas também no direito à informação e à comunicação.



[Ao acolher liminar em ação do MPGO, justiça proíbe contratação de professores por tempo determinado pelo município de Vianópolis](#)



Ao acolher pedido liminar (tutela de urgência) em ação do Ministério Público de Goiás (MPGO), a Justiça proibiu o município de Vianópolis de contratar professores por prazo determinado, para atendimento de necessidade permanente da rede pública municipal de ensino. O cumprimento da decisão deverá ter início a partir do dia 1º de setembro deste ano. É esclarecido ainda que esta proibição inclui contratos com ou sem processos seletivos.

[MPPE consegue decisão judicial para matricular crianças em creches e pré-escolas](#)

O juiz Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior, da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Paulista, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), decidiu a favor do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que ajuizou em Ação Civil Pública, com pedido de obrigação de fazer e pedido de tutela antecipada, determinando que a Prefeitura de Paulista preste serviço público de educação infantil em creches e pré-escolas. A sentença confirmou a tutela antecipada que havia sido deferida em 13 de outubro de 2022.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



[Colégios militares do Acre não podem invadir vida privada nem atentar contra liberdades de alunos, diz MP](#)

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Acre (MP/AC) enviaram [recomendação](#) conjunta ao governador do Acre, Gladson Cameli, e ao comandante da Polícia Militar do Acre (PMAC), Luciano Dias Fonseca, com uma série de medidas para cessar a imposição de padrões estéticos e de comportamentos aos alunos dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio "Dom Pedro II" e "Tiradentes", da rede pública estadual de ensino



[MPF recomenda que ensino seja garantido em todas as aldeias da Terra Indígena Alto Rio Guamá \(PA\)](#)



O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Paragominas, no sudeste do Pará, e ao governo do estado para que sejam implementados, ainda para o ano letivo de 2023, sistemas de ensino fundamental II e médio em todas as aldeias da Terra Indígena Alto Rio Guamá, independente do número de alunos por turma. [Íntegra da recomendação](#).

[MPF processa faculdades irregulares por danos a alunos e ex-alunos no estado de Alagoas](#)

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou três ações civis públicas (ACP) contra diversas instituições de ensino que atuam ou atuaram irregularmente no estado de Alagoas, a fim de que sejam reparados os danos causados aos alunos de cursos de graduação em Teologia, Pedagogia e Serviço Social.



OUTRAS NOTÍCIAS

[TJMT - Projeto do Judiciário: Escola passa por reforma com recursos de penas pecuniárias](#)



O projeto piloto “Escola Inclusiva”, do Poder Judiciário de Mato Grosso e parceiros já está rendendo bons frutos. A Escola Municipal de Educação Básica Darcy Ribeiro, localizada no Distrito Industrial 1, em Cuiabá, passa por reforma do telhado e recebeu equipe do Judiciário em visita técnica para verificar a obra, que visa à prevenção à evasão escolar. O objetivo do projeto é de realizar ações conjuntas para a melhoria nas unidades de ensino, realizar plano de atividades auxiliares e complementares para oferecer escolas mais inclusivas e participativas.

[Piso nacional dos professores sobe para R\\$ 4.420,55](#)

O piso nacional dos professores subirá para R\$ 4.420,55 em 2023, um reajuste de 15% em relação ao piso do ano passado, que era de R\$ 3.845,63. A portaria com o novo valor foi assinada no dia 16 de janeiro do corrente ano, pelo ministro da Educação, Camilo Santana. “A valorização dos nossos profissionais da educação é fator determinante para o crescimento do nosso país”, escreveu o ministro, ao anunciar o novo valor nas redes sociais. O piso nacional do magistério representa o salário inicial das carreiras do magistério público da educação básica para a formação em nível médio. O valor considera uma jornada de 40 horas semanais na modalidade normal de ensino.

[Liminar suspende, para o Município de Palma Sola \(SC\), portaria do novo piso nacional do magistério](#)

A Justiça Federal em Santa Catarina (JFSC) concedeu liminar ao Município de Palma Sola, Oeste do estado, e suspendeu os efeitos da portaria do Ministério da Educação nº 17/2023, que dispõe sobre a definição do piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública para o exercício de 2023. A decisão vale apenas para o município e foi proferida no dia 18/1, em ação contra a União. Segundo a juíza Heloisa Menegotto Pozenato, da 2ª Vara Federal de Chapecó, o novo piso só poderia ser estabelecido por lei e não por portaria, conforme previsão da Emenda Constitucional nº 108/2020: “lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional (...)”.

[PROCEDIMENTO COMUM Nº 5000315-13.2023.4.04.7202.](#)

[CNM orienta municípios a não cumprirem reajuste do magistério](#)

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) publicou nota para questionar o reajuste do piso nacional do magistério, homologado pelo governo federal no dia anterior. Segundo a entidade, que representa os pequenos e médios municípios do país, o impacto anual estimado é de R\$ 19,4 bilhões apenas aos cofres das prefeituras.



[STF impede transferência da pré-escola para o ensino fundamental em GO](#)



A presidente do STF, ministra Rosa Weber, manteve decisão da Justiça de Goiás que impede a transferência de crianças da pré-escola para escolas de ensino fundamental no município de Goiânia e o fechamento de bibliotecas e salas de leitura para adequação da mudança. A ministra rejeitou pedido de suspensão de liminar apresentado pela prefeitura contra a determinação.

[Município de Armazém não pode contratar professor de educação física sem habilitação](#)

A Justiça Federal determinou ao Município de Armazém a alteração de um edital de processo seletivo para contratação de professor de educação física, para que somente possam ser admitidos profissionais habilitados e com registro no respectivo órgão de classe. A decisão é do Juízo da 1ª Vara Federal de Tubarão (SC) e atendeu a pedido suspensão de liminar apresentado pela prefeitura contra a determinação. [AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5000038-79.2023.4.04.7207](#).



[Paço do Lumiar é condenado por não fornecer merenda escolar na pandemia](#)

O Município de Paço do Lumiar foi condenado pela Justiça estadual por não ter fornecido alimentação escolar aos alunos da rede pública municipal, durante o período de suspensão de aulas presenciais com a pandemia de Covid-19. Conforme a decisão do Judiciário, algumas das empresas contratadas pelo município não forneceram a alimentação escolar em sua totalidade, nem atenderam integralmente os cerca de 23 mil alunos da rede municipal de ensino.

[TJDFT - DF e colégio público militar são obrigados a efetivar matrícula de irmã gêmea](#)

O DF e a Associação de Pais, Alunos e Mestres do Colégio Militar Dom Pedro II - APAM foram condenados a efetivar matrícula de criança na instituição de ensino frequentada pelo irmão gêmeo. A decisão da 4ª Turma Cível do TJDFT determina que a menina de quatro anos seja matriculada no Infantil IV do Colégio Militar Dom Pedro II, mesma turma que o irmão. [Acesse o PJe2 e saiba mais sobre o processo](#): 0701368-57.2021.8.07.0014

[UFPR deve reservar vaga para aprovada em vestibular que não concluiu ensino médio](#)



Quando o aluno faz curso técnico integrado com ensino médio, o requisito para o ingresso no ensino superior não é a conclusão do ensino médio, mas somente a comprovação da aprovação em todas as disciplinas que o integram. Assim, a 11ª Vara Federal de Curitiba determinou, em liminar, que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) reserve uma vaga no curso de Administração para uma estudante que ainda não finalizou formalmente o ensino médio. [Clique aqui para ler a decisão](#) (Processo 5002290-94.2023.4.04.7000).

[Criança com síndrome de Down pode refazer último ano do ensino infantil](#)

O inciso V do artigo 208 da Constituição e o inciso V do artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prescrevem o acesso aos níveis mais elevados do ensino "segundo a capacidade de cada um". Assim, a Vara da Infância e da Juventude, Protetiva e Cível da Comarca de Campinas (SP) autorizou, em liminar, uma criança de seis anos com síndrome de Down a refazer o último ano da educação infantil na rede municipal em 2023. [Clique aqui para ler a decisão](#) (Processo 1046619-51.2022.8.26.0114)



[Na Bahia, Dia da Educação é celebrado com memórias do projeto Eleitor do Futuro](#)

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) celebra o Dia Internacional da Educação, comemorado no dia 24/1, com o Eleitor do Futuro. O projeto da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE/BA), que há 20 anos atua na formação cidadã de crianças e adolescentes, inicia, no próximo mês de fevereiro, o cadastramento para visitas da EJE-BA às instituições de ensino do estado. Mais informações estão disponíveis no site da Escola Judiciária: <http://eje.tre-ba.jus.br/>.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br